



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITA EXERCÍCIO DE 2015



Município de Alto Bela Vista

Data de Fundação – 04/07/1995

População: 1.987 habitantes (IBGE - 2015)

PIB: 40,08 (em milhões)
(IBGE - 2013)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	16
4.1. Situação Patrimonial	16
4.2. Análise do resultado financeiro	17
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	18
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	21
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	24
5.1. Saúde	24
5.2. Ensino	26
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	26
5.2.2. FUNDEB	28
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	31
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	31
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	32
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	33
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	35
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	35
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	37
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	40
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	41
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	41
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	43

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	43
8. RESTRIÇÕES APURADAS	48
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015	49
CONCLUSÃO	50
ANEXO	52
APÊNDICE.....	54

PROCESSO	PCP 16/00142807
UNIDADE	Município de Alto Bela Vista
RESPONSÁVEL	Sra. Catia Tessmann Reichert - Prefeita Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2015
RELATÓRIO N°	1683/2016

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Alto Bela Vista, relativas ao exercício de 2015.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2015 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Alto Bela Vista, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 08/09/2016 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos

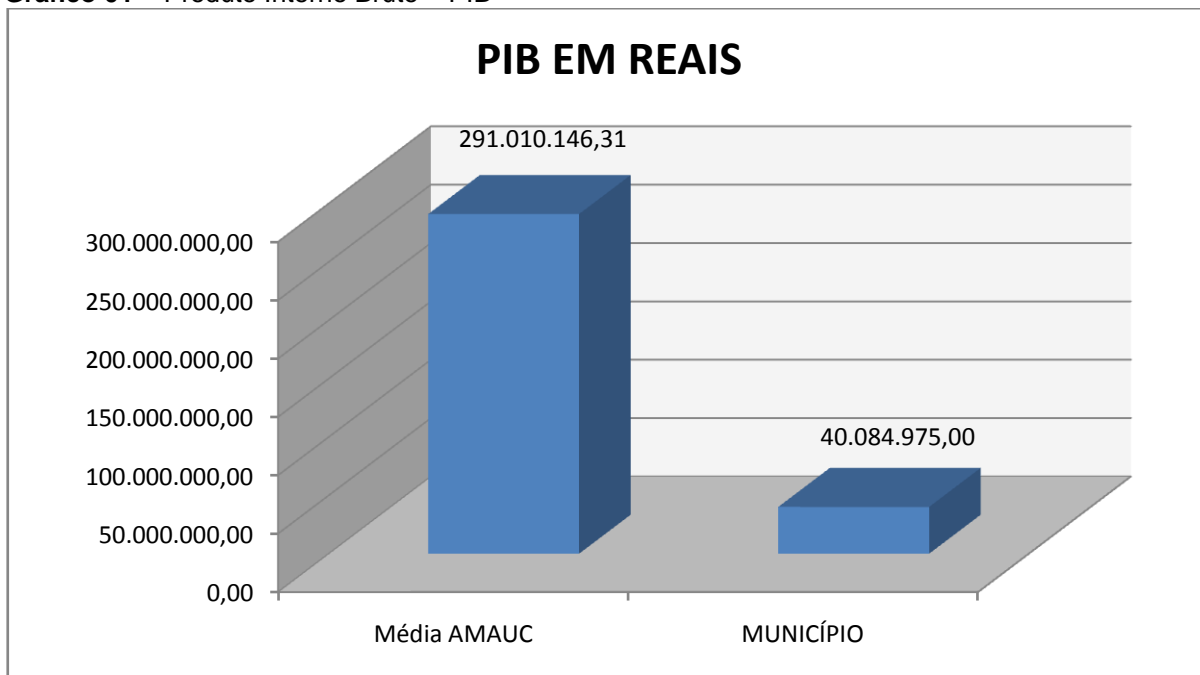
exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Alto Bela Vista tem uma população estimada em 1.987¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,76². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 40.084.975,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 19.972,58, considerando uma população estimada em 2013 de 2.007 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2013

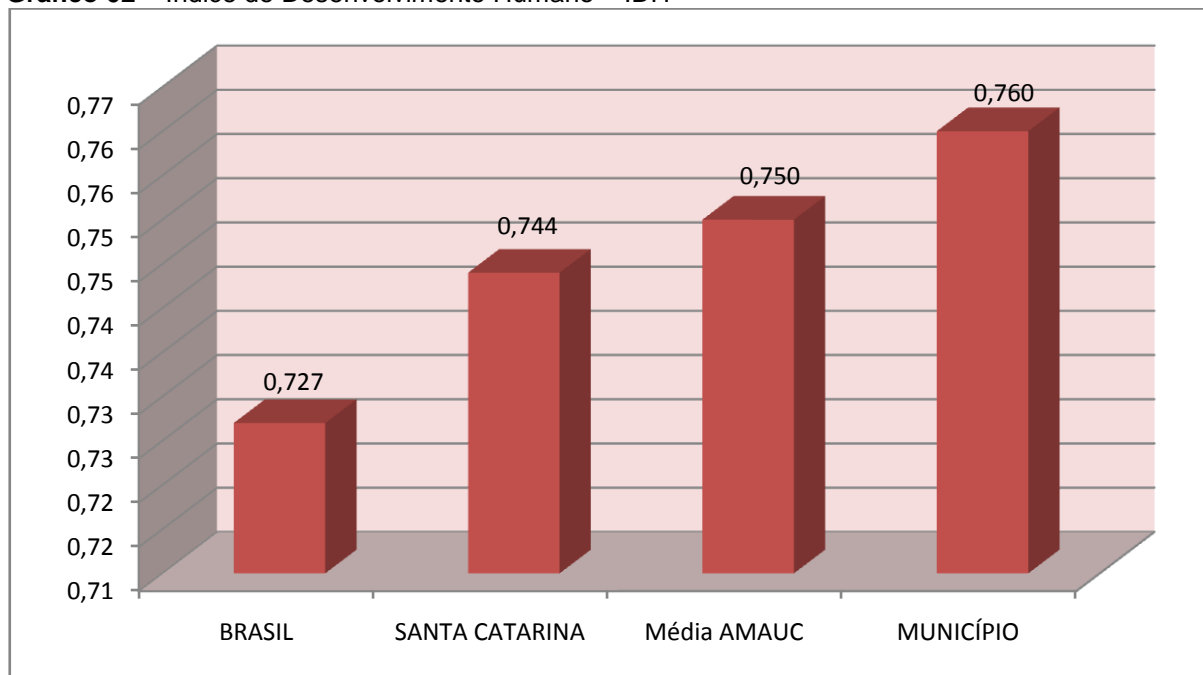
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Alto Bela Vista encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2015

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2013

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	16.584.976,05
PPA	626/2013	22/10/2013	DESPESA FIXADA	16.584.976,05
LDO	651/2014	25/09/2014		
LOA	658/2014	25/09/2014		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.356.343,73**, correspondendo a **9,80%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 1.356.343,73, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 1.167.436,30 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 188.907,43.

Excluindo o resultado orçamentário do Fundo de Assistência médica ao Servidor, o Município apresentou Déficit de R\$ 1.201.912,32.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 1.587.349,02), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2015

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	16.584.976,05	13.841.266,35	83,46
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	20.808.104,59	15.197.610,08	73,04
Déficit de Execução Orçamentária		1.356.343,73	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído o Fundo de Assistência Médica ao Servidor			
	Déficit Consolidado Ajustado	Déficit do Fundo de Assistência Médica ao Servidor	Déficit do Fundo de Assistência Médica ao Servidor
RECEITA	13.841.266,35	168.405,49	13.672.860,86
DESPESA	15.197.610,08	322.836,90	14.874.773,18
Resultado de Execução Orçamentária	1.356.343,73	154.431,41	1.201.912,32

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem o Fundo de Assistência Médica ao Servidor e o resultado da execução orçamentária ajustada sem o Fundo de Assistência Médica ao Servidor no montante de R\$ 11.425,63, considerado o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 37.002,00 está registrada como restrição no capítulo das Restrições apuradas deste Relatório.

Obs.: A receita no montante de R\$ 168.405,49, assim como a despesa no montante de R\$ 322.836,90, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao Fundo de Assistência Médica ao Servidor.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Alto Bela Vista nos últimos 5 anos:

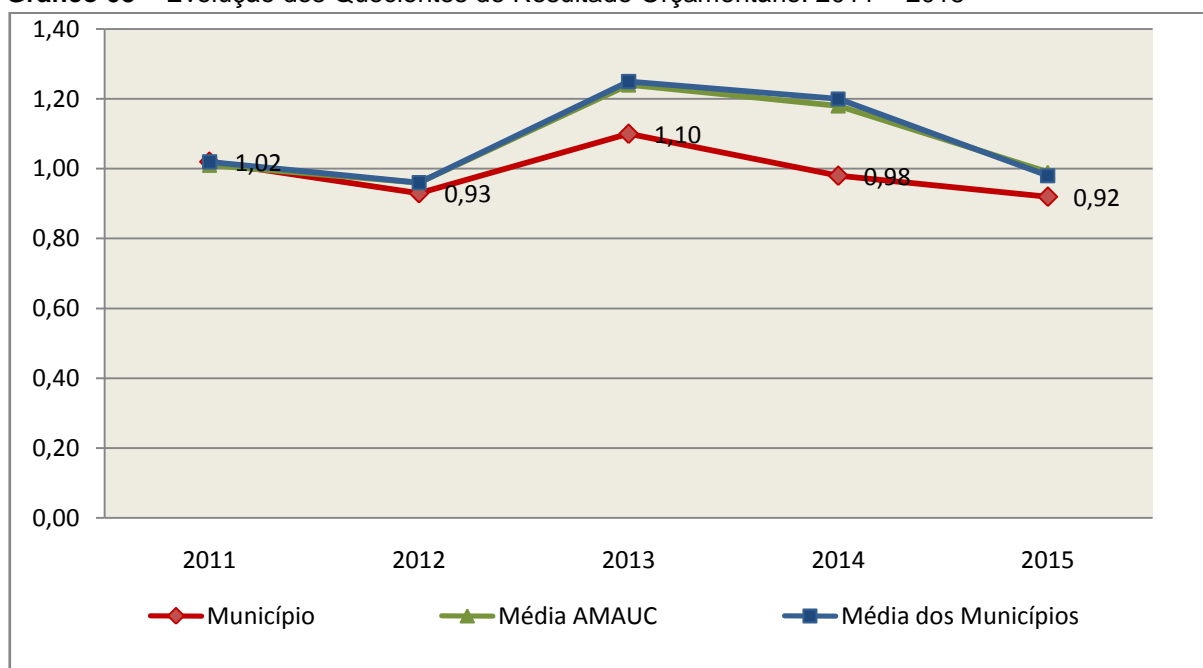
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – **Excluído Fundo de Assistência Médica ao Servidor** – 2011-2015

ITENS / ANO		2011	2012	2013	2014	2015
1	Receita realizada	10.531.660,77	10.147.018,62	11.424.928,06	13.618.814,91	13.672.860,86
2	Despesa executada	10.287.488,03	10.921.086,67	10.344.262,58	13.960.999,75	14.874.773,18
QUOCIENTE		2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,02	0,93	1,10	0,98	0,92

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 13.841.266,35**, equivalendo a **83,46%** da receita orçada.

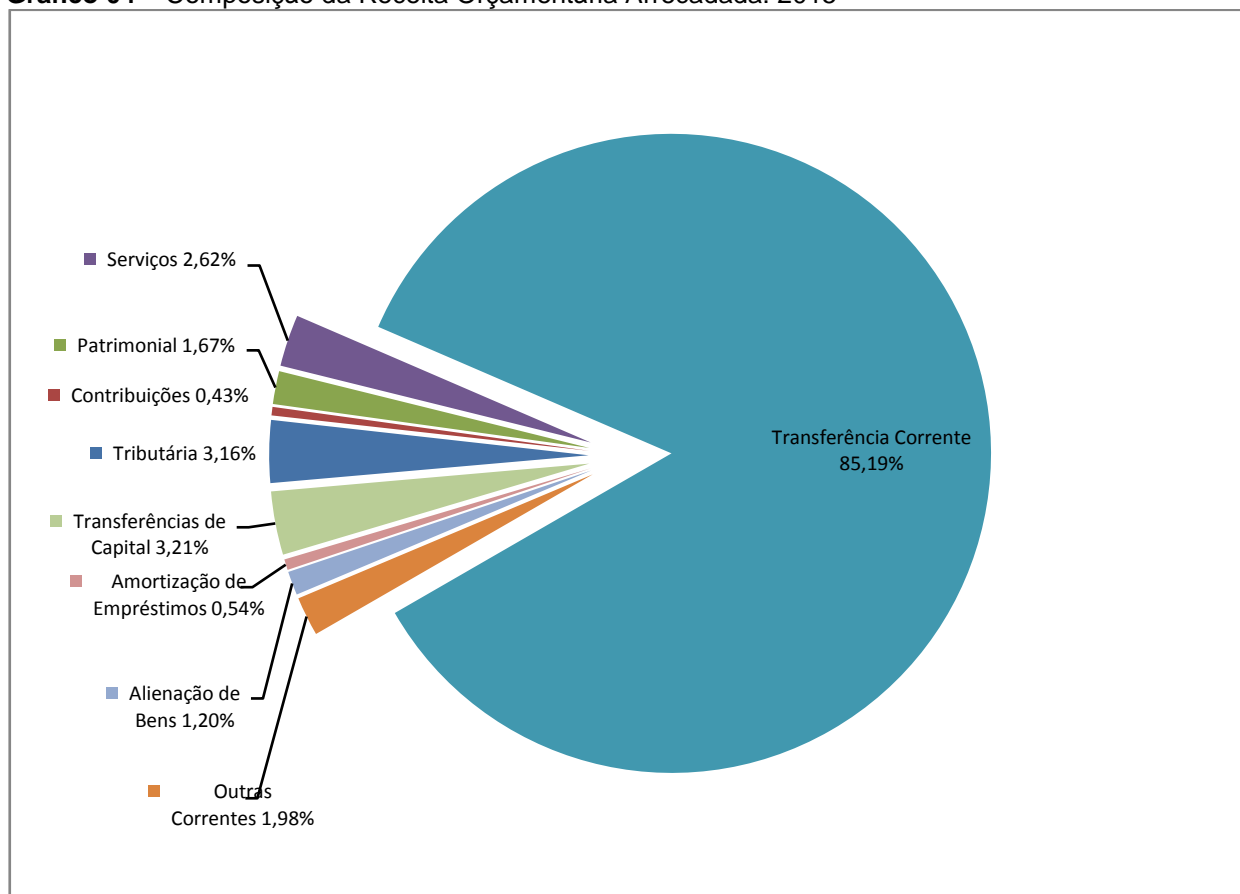
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2015

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	241.644,54	437.068,78	180,87
Receita de Contribuições	49.478,32	59.327,12	119,91
Receita Patrimonial	69.248,74	230.712,04	333,16
Receita Agropecuária	1.020,00	-	-
Receita de Serviços	155.967,97	362.417,12	232,37
Transferências Correntes	13.690.973,86	11.791.491,82	86,13
Outras Receitas Correntes	256.842,62	274.241,52	106,77
RECEITA CORRENTE	14.465.176,05	13.155.258,40	90,94
Operações de Crédito	700.000,00	-	-
Alienação de Bens	116.000,00	166.400,00	143,45
Amortização de Empréstimos	133.800,00	75.304,07	56,28
Transferências de Capital	1.170.000,00	444.303,88	37,97
RECEITA DE CAPITAL	2.119.800,00	686.007,95	32,36
TOTAL DA RECEITA	16.584.976,05	13.841.266,35	83,46

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2015

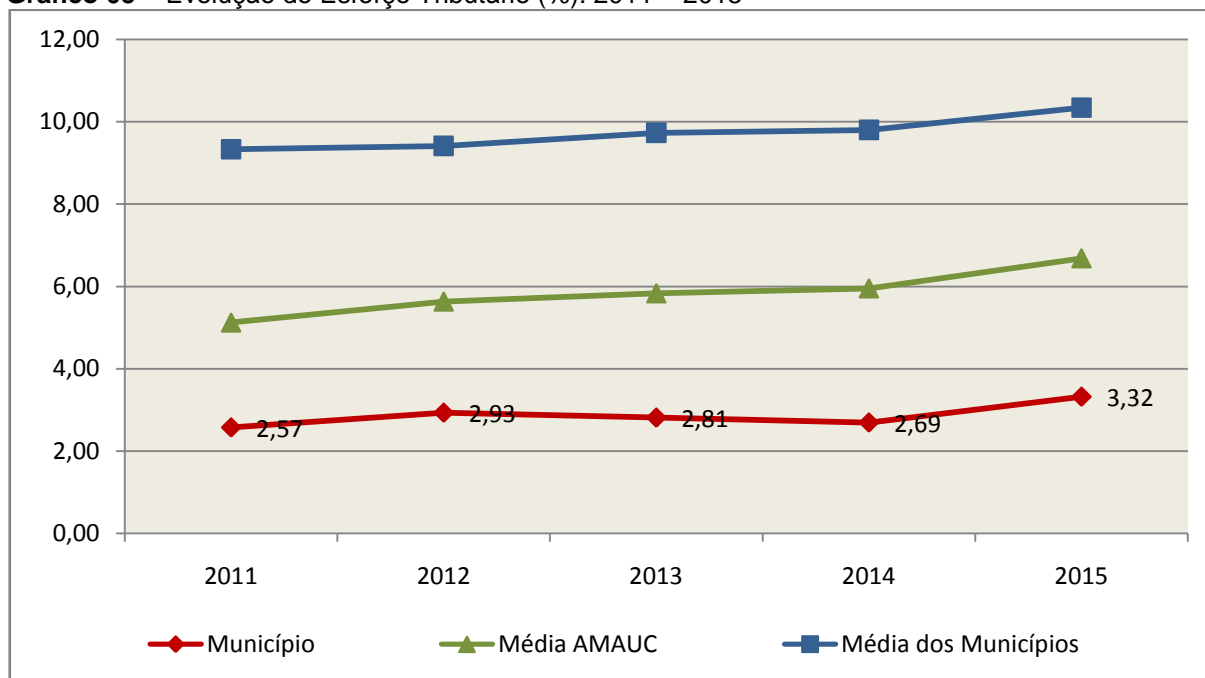


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **85,19%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2011 – 2015

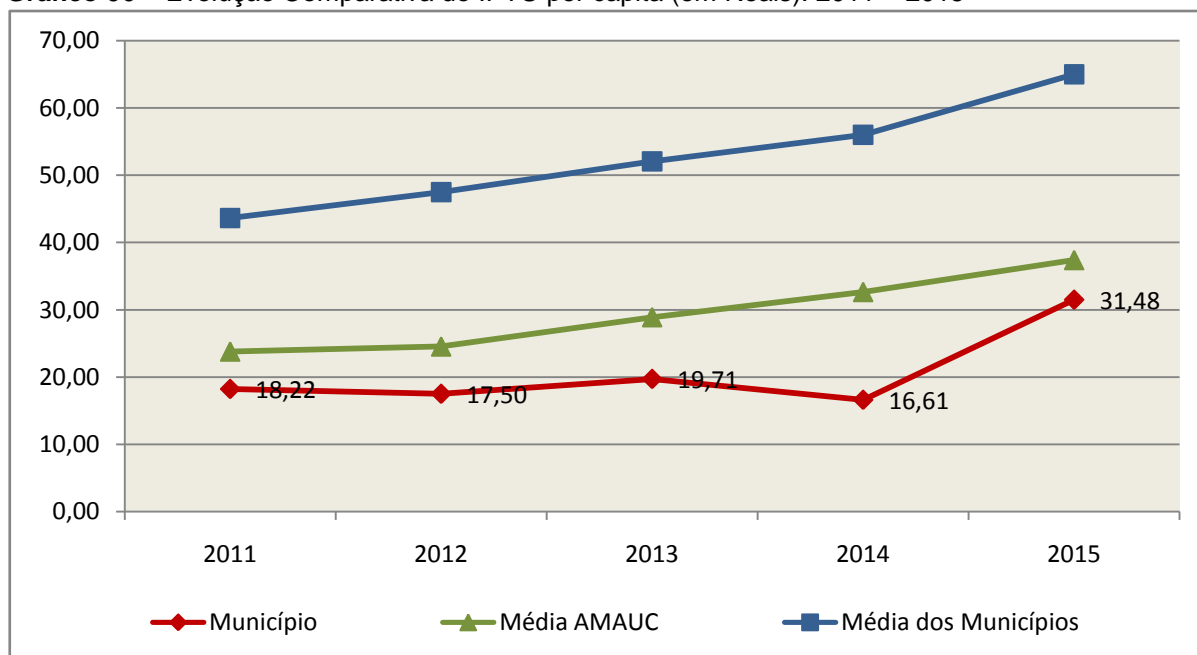


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

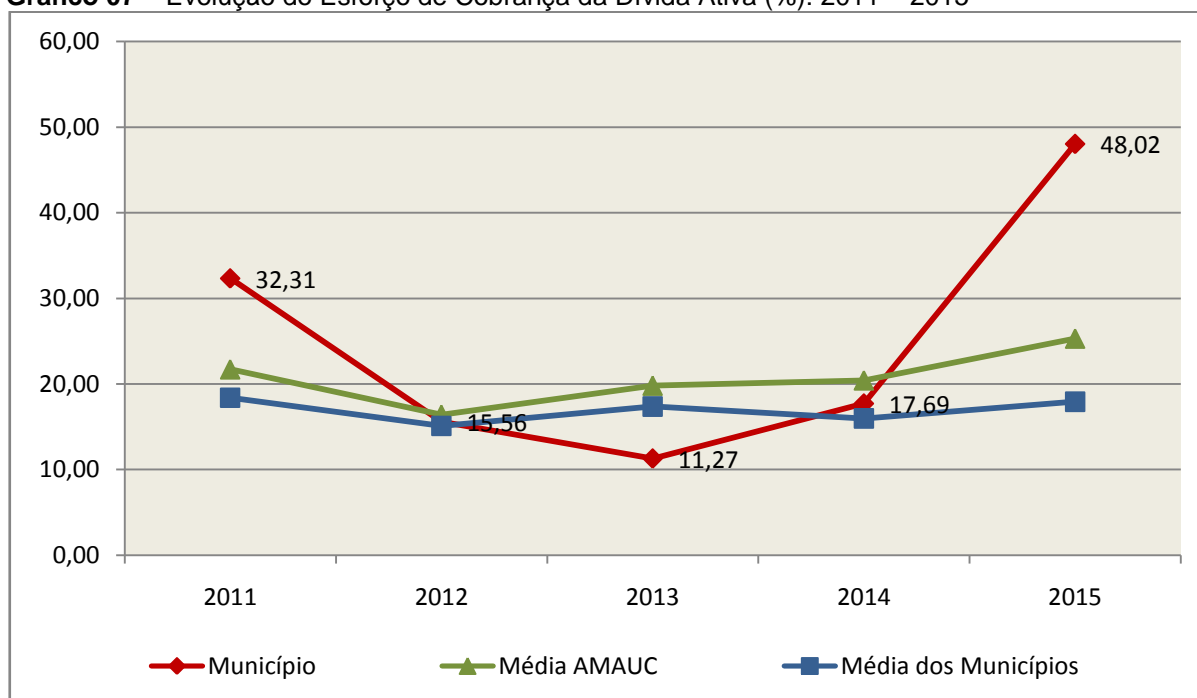
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2015

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
119.546,29	59.000,00	57.402,65	59.234,37	61.909,27

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2015

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	717.000,00	553.046,91	77,13
04-Administração	1.991.989,52	1.893.593,27	95,06
06-Segurança Pública	25.950,00	15.180,40	58,50

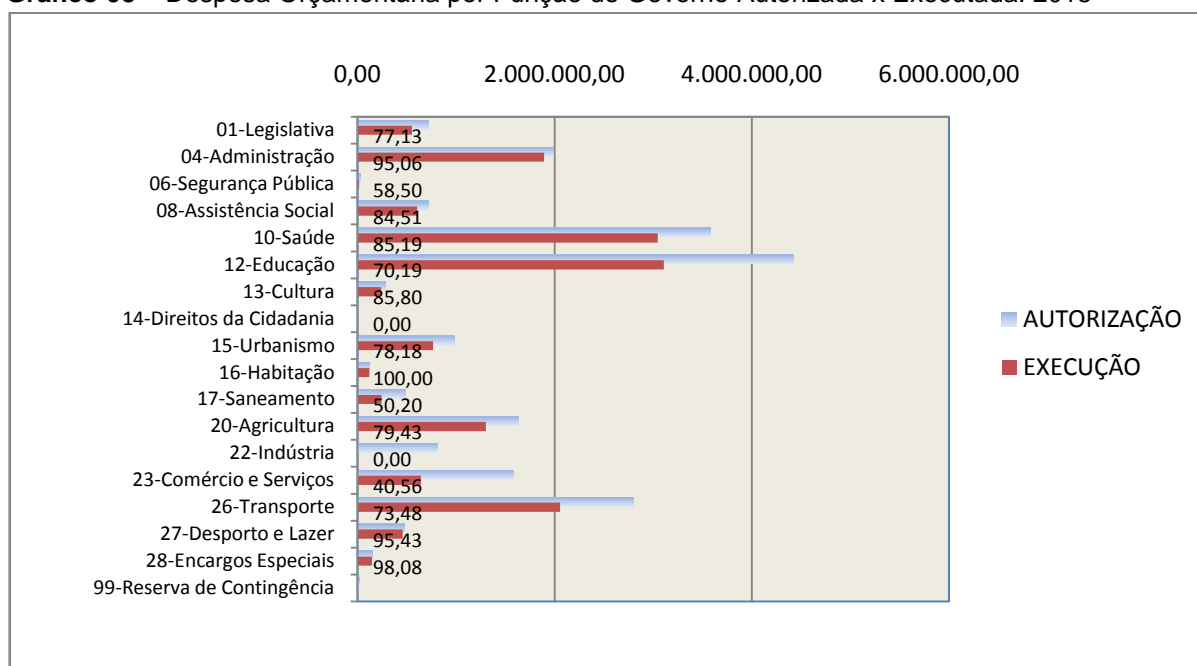
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
08-Assistência Social	716.451,26	605.452,21	84,51
10-Saúde	3.576.167,89	3.046.693,38	85,19
12-Educação	4.427.767,89	3.107.887,12	70,19
13-Cultura	280.904,00	241.007,73	85,80
14-Direitos da Cidadania	1.020,00	-	-
15-Urbanismo	981.632,36	767.483,10	78,18
16-Habitação	118.947,85	118.947,85	100,00
17-Saneamento	482.441,39	242.171,34	50,20
20-Agricultura	1.638.057,66	1.301.109,46	79,43
22-Indústria	815.000,00	-	-
23-Comércio e Serviços	1.586.000,00	643.248,36	40,56
26-Transporte	2.798.185,73	2.056.062,43	73,48
27-Desporto e Lazer	480.568,03	458.587,86	95,43
28-Encargos Especiais	150.012,50	147.138,66	98,08
99-Reserva de Contingência	20.008,51	-	-
TOTAL DA DESPESA	20.808.104,59	15.197.610,08	73,04

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2015



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2011 – 2015

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
01-Legislativa	276.237,32	305.619,71	421.498,98	489.428,09	553.046,91
04-Administração	1.183.538,57	1.268.379,19	1.431.017,63	1.629.353,55	1.893.593,27
06-Segurança Pública	34.406,14	10.242,47	16.763,83	14.846,73	15.180,40
08-Assistência Social	414.838,69	330.843,30	360.897,07	470.361,98	605.452,21
10-Saúde	1.863.482,03	2.105.584,23	2.409.777,90	2.589.758,72	3.046.693,38
12-Educação	1.658.410,35	2.115.437,32	2.225.738,64	3.570.643,67	3.107.887,12
13-Cultura	213.858,94	244.551,47	157.337,02	166.071,09	241.007,73
14-Direitos da Cidadania	3.930,24	4.300,00	3.881,52	-	-
15-Urbanismo	850.051,36	736.607,34	712.398,38	418.737,78	767.483,10
16-Habitação	53.380,26	66.626,95	65.992,59	76.995,70	118.947,85
17-Saneamento	299.570,71	616.301,56	155.882,53	168.719,47	242.171,34
18-Gestão Ambiental	18.000,00	150.659,75	-	-	-
20-Agricultura	993.744,43	1.066.956,91	976.553,12	1.783.902,68	1.301.109,46
22-Indústria	-	6.310,05	-	-	-
23-Comércio e Serviços	191.385,93	251.873,49	56.037,59	130.520,23	643.248,36
24-Comunicações	7.000,00	-	-	-	-
26-Transporte	1.613.811,96	1.534.898,55	1.286.461,72	2.181.096,54	2.056.062,43

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2011	2012	2013	2014	2015
27-Desporto e Lazer	117.221,19	109.573,39	122.446,10	298.449,36	458.587,86
28-Encargos Especiais	571.502,54	130.626,94	136.419,67	147.135,09	147.138,66
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	10.364.370,66	11.055.392,62	10.539.104,29	14.136.020,68	15.197.610,08

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2015

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	62.559,05	0,61
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	77.637,36	0,76
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	158.855,37	1,56
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	74.191,64	0,73
Cota do ICMS	3.343.668,20	32,86
Cota-Parte do IPVA	154.672,38	1,52
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	52.641,17	0,52
Cota-Parte do FPM	5.891.264,88	57,89
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	328.054,16	3,22
Cota do ITR	2.527,47	0,02
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	14.057,63	0,14
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	6.639,75	0,07
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	9.910,78	0,10
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	10.176.679,84	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	328.054,16	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	9.848.625,68	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos

percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2015

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	15.047.022,61
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.891.764,21
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.155.258,40

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Alto Bela Vista (em Reais): 2015

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
ATIVO CIRCULANTE	1.226.314,83	PASSIVO CIRCULANTE	854.550,79
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	1.135.773,26	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	650.872,63
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	45.745,21	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	103.574,88
Empréstimos e Financiamentos concedidos	38.408,64	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	91,26
Dívida Ativa Tributária	4.699,61	Demais Obrigações a Curto Prazo	100.012,02
Dívida Ativa Não Tributária	2.636,96		
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	9.750,00		
<u>Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente</u>	35.046,36		

ATIVO	2015	PASSIVO	2015
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.512.042,40		
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	227.789,32		
Créditos a Longo Prazo	227.653,12		
Créditos Tributários a Receber	165.175,19	TOTAL DO PASSIVO	854.550,79
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	500.000,00		
Dívida Ativa Tributária	22.168,20		
Dívida Ativa Não Tributária	32.404,50		
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-492.094,77		
Demais Créditos e Valores à Longo Prazo	136,20		
<u>Imobilizado</u>	13.284.253,08		
Bens Móveis	9.915.228,21		
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis)	-329.548,28		
Bens Imóveis	3.698.573,15	PATRIMONIO LIQUIDO	13.883.806,44
		Patrimônio Social e Capital Social	14.482.291,31
		Resultados Acumulados	-598.484,87
		Resultado do Exercício	-1.306.793,20
		Resultado de Exercícios Anteriores	708.308,33
TOTAL	14.738.357,23	TOTAL	14.738.357,23

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado (fls. 194 a 200).

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 411.013,07** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,63** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 1.176.335,95** passando de um Superávit de R\$ 1.587.349,02 para um Superávit de **R\$ 411.013,07**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 115.267,93**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2014 - 2015

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	3.139.406,17	1.135.773,26	-2.003.632,91
Passivo Financeiro	1.386.111,72	713.246,17	-672.865,55
Saldo Patrimonial Financeiro	1.753.294,45	422.527,09	-1.330.767,36
Ativo Financeiro do Fundo de Assistência Médica ao Servidor	176.330,35	11.514,02	-164.816,33
Passivo Financeiro do Fundo Médica ao Assistência ao Servidor	10.384,92	0,00	-10.384,92
Saldo Patrimonial Financeiro do Fundo de Assistência Médica ao Servidor	1.587.349,02	411.013,07	-1.176.335,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 11.514,02, se refere exclusivamente ao Fundo de Assistência Médica ao Servidor, que não apresenta Passivo Financeiro.

Obs.: A divergência entre a variação do Saldo Patrimonial Financeiro e o Resultado da Execução Orçamentária consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2015, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Alto Bela Vista, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	0,00	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	0,00	SUPERAVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	0,00	SUPERAVIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	4.090,71	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	0,00	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	0,00	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	7.372,36	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	4.611,07	SUPERAVIT
12 Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ - 20.742,14	-20.742,14	DÉFICIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	13.476,68	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	13.710,63	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-127.700,94	DÉFICIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	48.242,56	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	4,82	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	19,94	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	349.257,35	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	-183.684,71	DÉFICIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,00	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	27.900,00	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	136.558,33	
00 - Recursos Ordinários	391.842,41	SUPERAVIT
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-50.164,83	DÉFICIT
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-67.222,84	DÉFICIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	274.454,74	

Fonte: e-Sfinge

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2011 – 2015

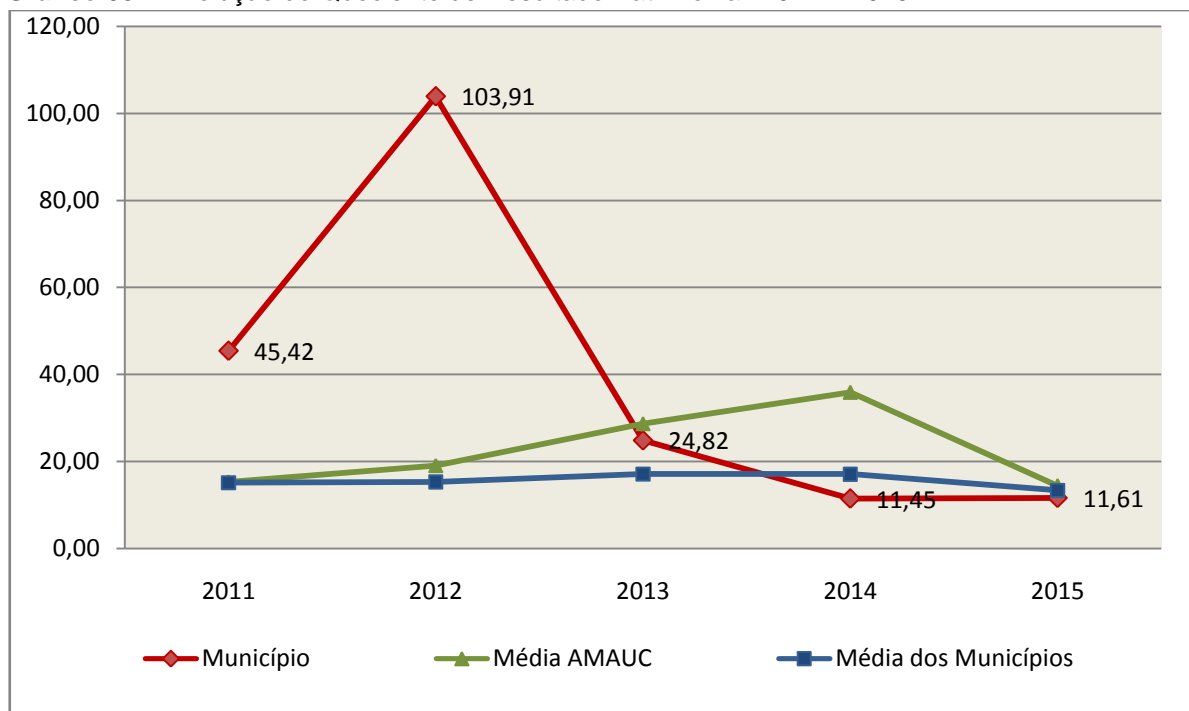
ITENS / ANO	2011	2012	2013	2014	2015
1 Despesa Executada	10.364.370,66	11.055.392,62	10.539.104,29	14.136.020,68	15.197.610,08
2 Restos a Pagar	236.084,49	96.004,13	436.204,12	1.328.442,07	618.150,82
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído o Fundo de Assistência Médica ao Servidor	1.859.634,33	953.438,10	2.442.475,99	2.963.075,82	1.124.259,24
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído o Fundo de Assistência Médica ao Servidor	248.810,37	109.295,16	514.992,29	1.375.726,80	713.246,17
5 Ativo Real	11.300.962,27	11.357.344,04	13.179.160,59	15.868.403,03	14.738.357,23
6 Passivo Real	248.810,37	109.295,16	530.890,46	1.386.111,72	1.269.581,83
QUOCIENTES	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Patrimonial (5÷6)	45,42	103,91	24,82	11,45	11,61
Situação Financeira (3÷4)	7,47	8,72	4,74	2,15	1,58
Restos a Pagar (2÷1)*100	2,28	0,87	4,14	9,40	4,07

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2011 – 2015



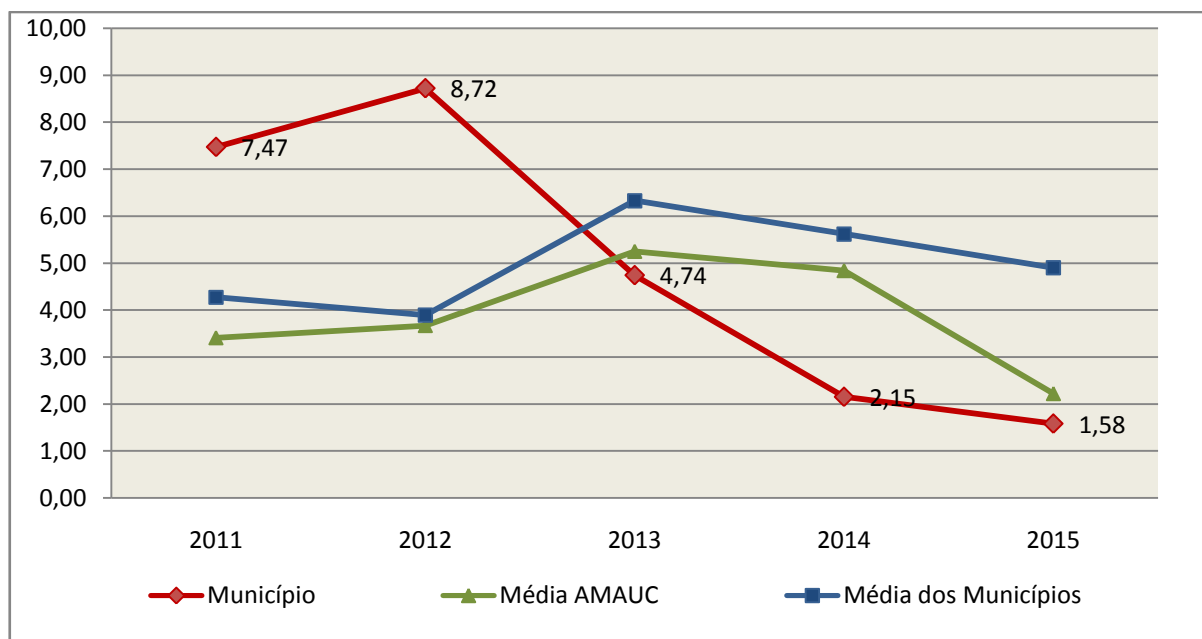
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2015 o Ativo Real apresenta-se **11,61** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

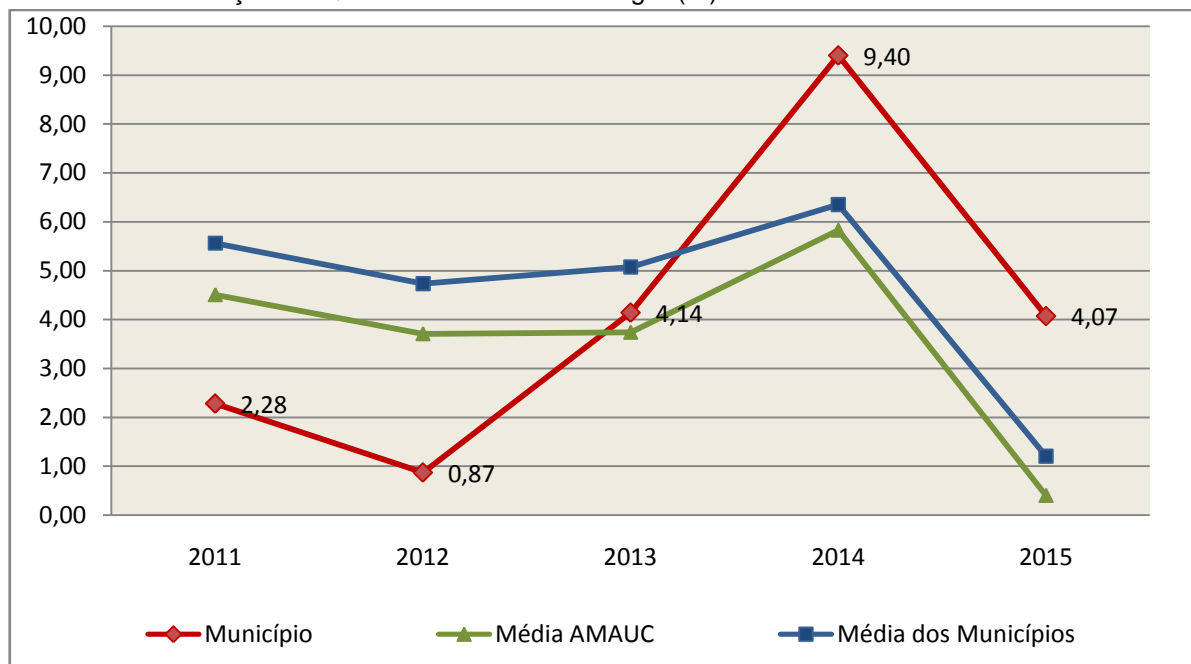
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2015 o Ativo Financeiro representa **1,58** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Alto Bela Vista é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **4,07%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2015 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.982.489,02** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **20,13%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 505.195,17**, representando **5,13%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o

disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2015

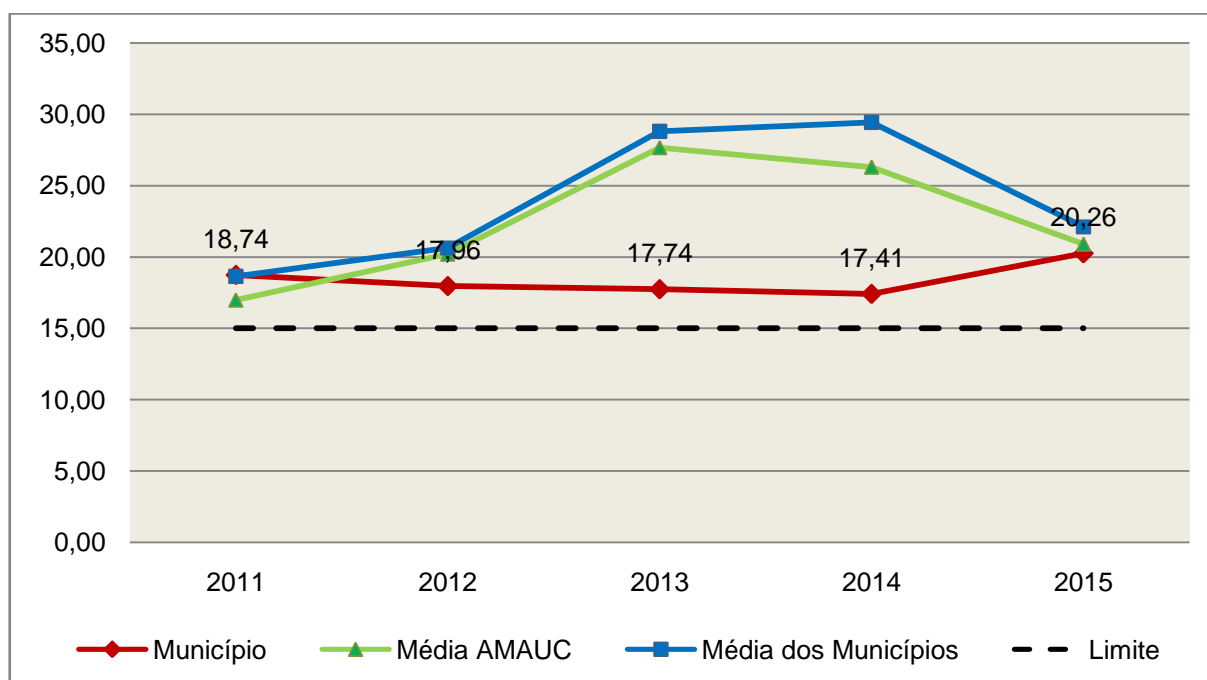
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	9.848.625,68	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.046.693,38	30,94
Atenção Básica	2.980.975,09	30,27
Vigilância Sanitária	30.537,59	0,31
Vigilância Epidemiológica	12.076,00	0,12
Alimentação e Nutrição, art. 6º, IV, da Lei nº 8.080/90 (aquisição de leite e complementos alimentares)	6.238,40	0,06
Outras Subfunções (10.128 – Formação de Recursos Humanos)	16.866,30	0,17
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.051.204,36	10,67
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.995.489,02	20,26
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.477.293,85	15,00
Valor Acima do Limite	518.195,17	5,26

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Alto Bela Vista em 2015 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2015) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.478.452,86** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **34,18%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 934.282,90**, representando **9,18%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2015

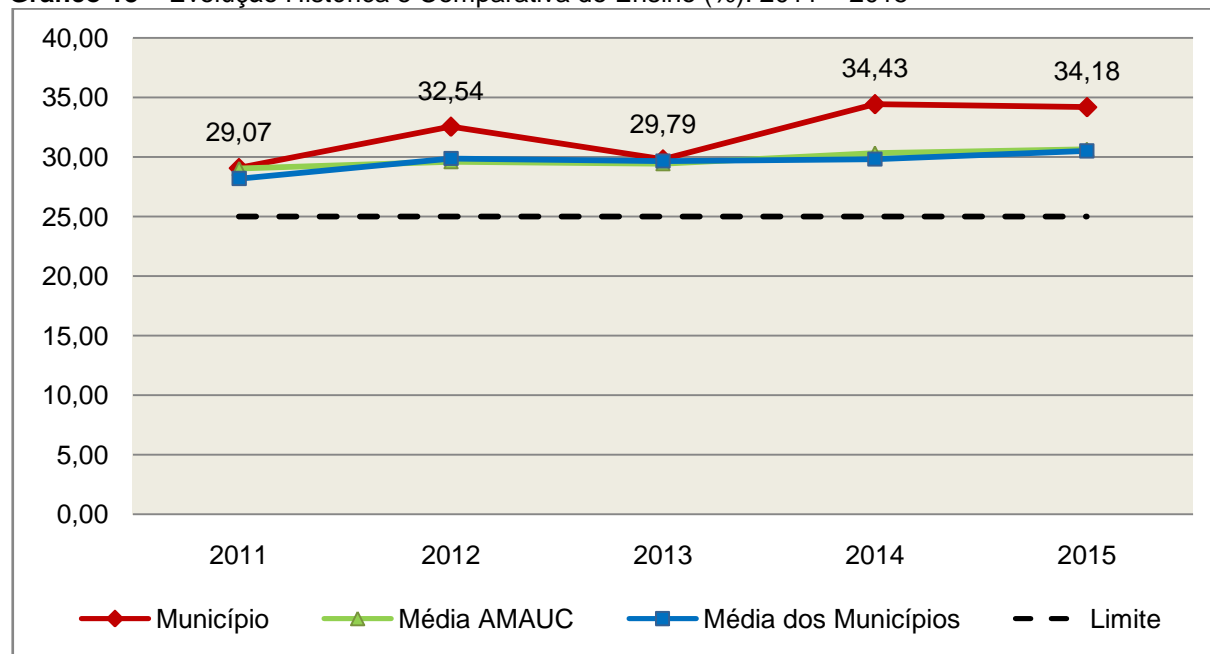
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	10.176.679,84	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	775.483,16	7,62
Educação Infantil	775.483,16	7,62
Valor Aplicado Ensino Fundamental	1.922.461,03	18,89
Ensino Fundamental	1.922.461,03	18,89
Valor Aplicado em Administração ligada ao Ensino	5.976,55	0,06
Administração ligada ao Ensino (12.128)	5.976,55	-
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	-774.532,12	-7,61
Total das Despesas para efeito de Cálculo	3.478.452,86	34,18
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.544.169,96	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	934.282,90	9,18

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Alto Bela Vista em 2015 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 720.022,12**, equivalendo a **100,00%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2015

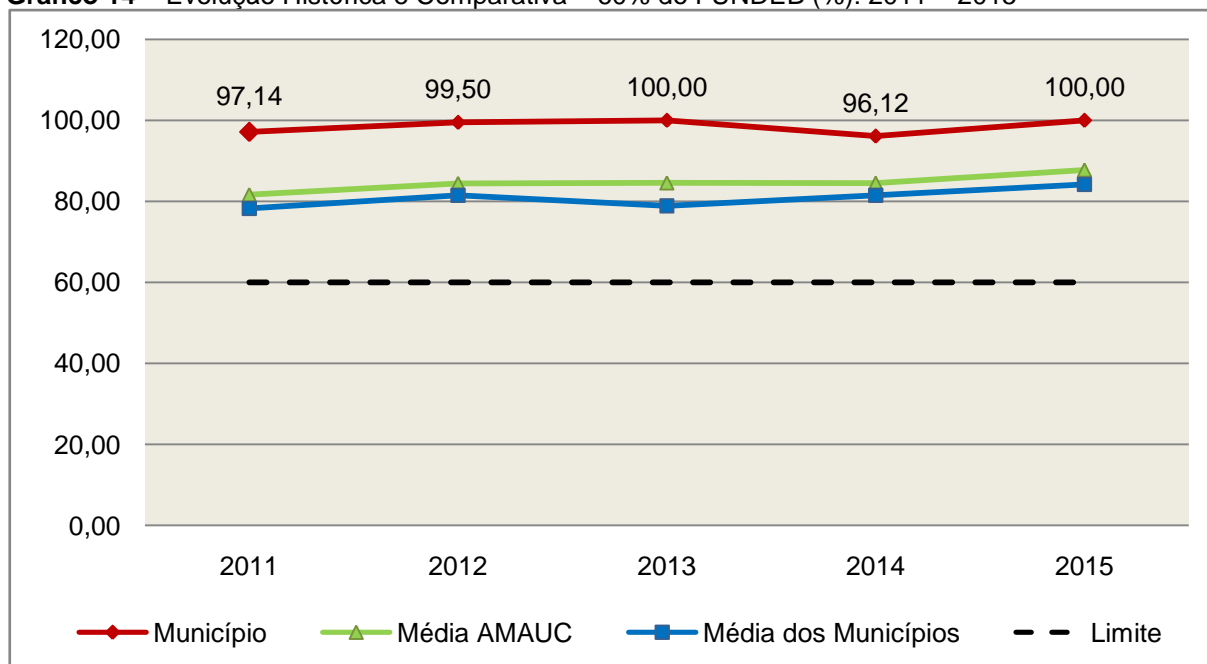
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	716.990,83
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	3.031,29
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	720.022,12
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	432.013,27
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	720.022,12
Valor Acima do Limite	288.008,85

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 720.022,12**, equivalendo a **100,00%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2015

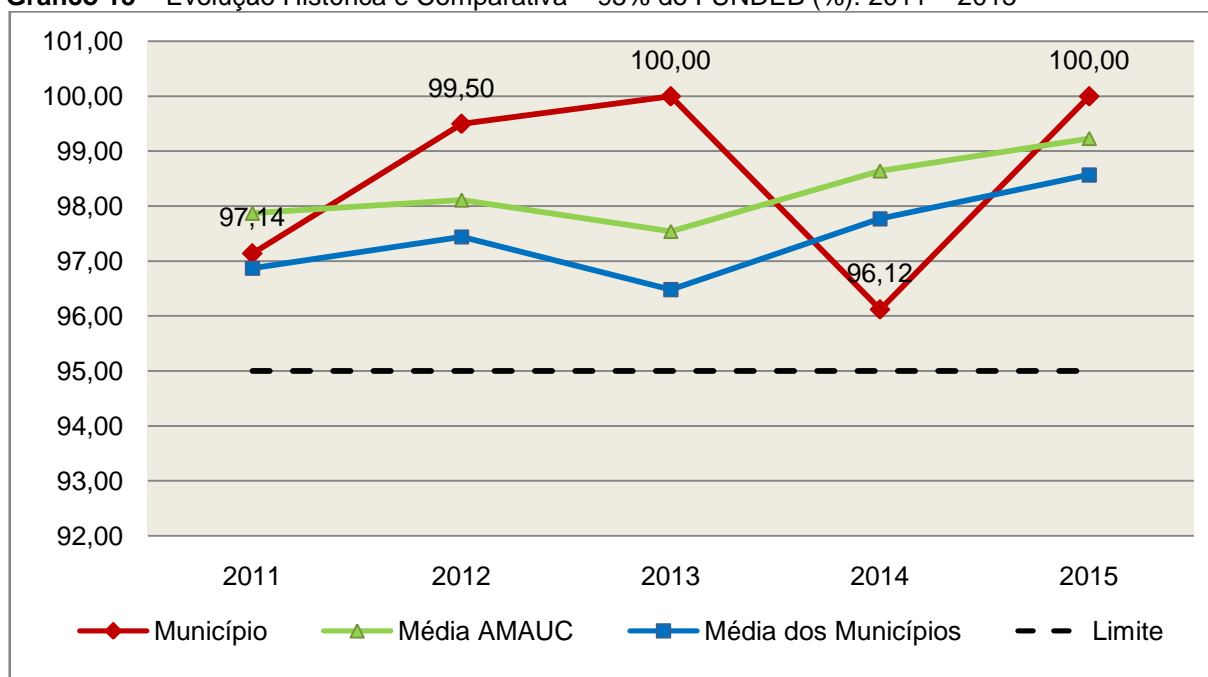
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	720.022,12
95% dos Recursos do FUNDEB	684.021,01
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	720.022,12
Valor Acima do Limite	36.001,11

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Alto Bela Vista ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município abriu crédito adicional no 1º trimestre, entretanto, realizou despesas após o 1º trimestre, no valor de **R\$ 3.141,10, DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2015: No tocante aos recursos do FUNDEB oriundos do exercício em análise, a Instrução apurou a ausência de saldo remanescente em 31/12/2015.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2015

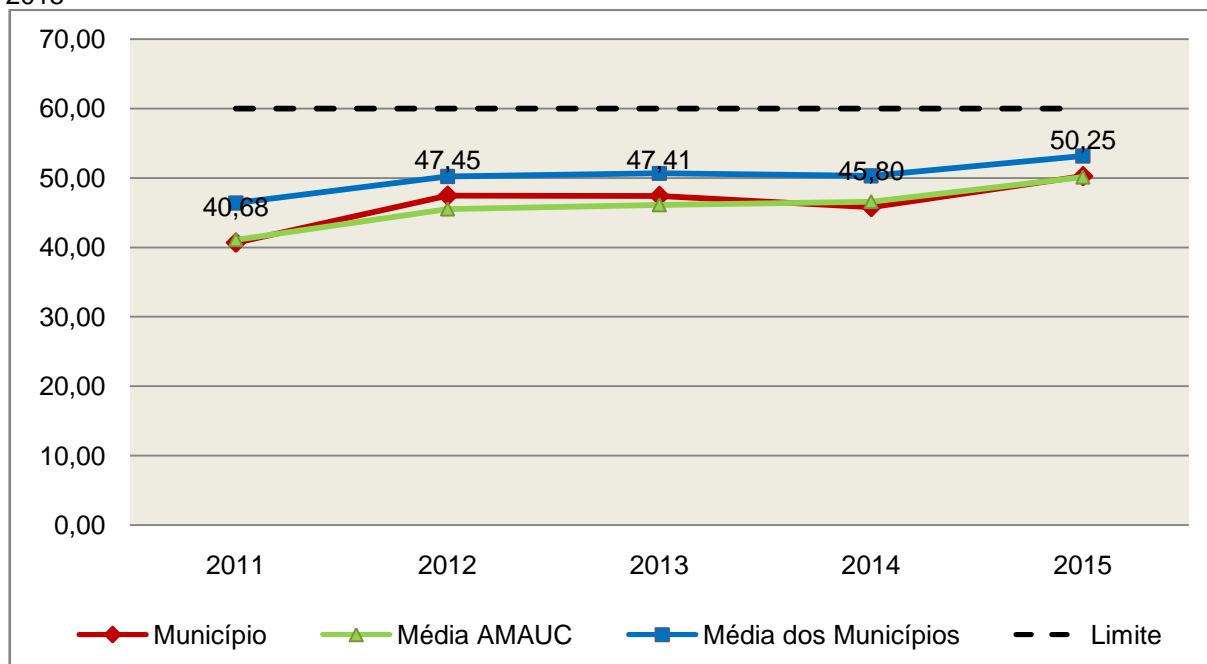
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.155.258,40	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.893.155,04	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.185.845,03	47,02
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	424.460,95	3,23
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	6.610.305,98	50,25
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.282.849,06	9,75

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **50,25%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Alto Bela Vista, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2015

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.155.258,40	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.103.839,54	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.185.845,03	47,02
Pessoal e Encargos*	6.185.845,03	47,02
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.185.845,03	47,02
Valor Abaixo do Limite (54%)	917.994,51	6,98

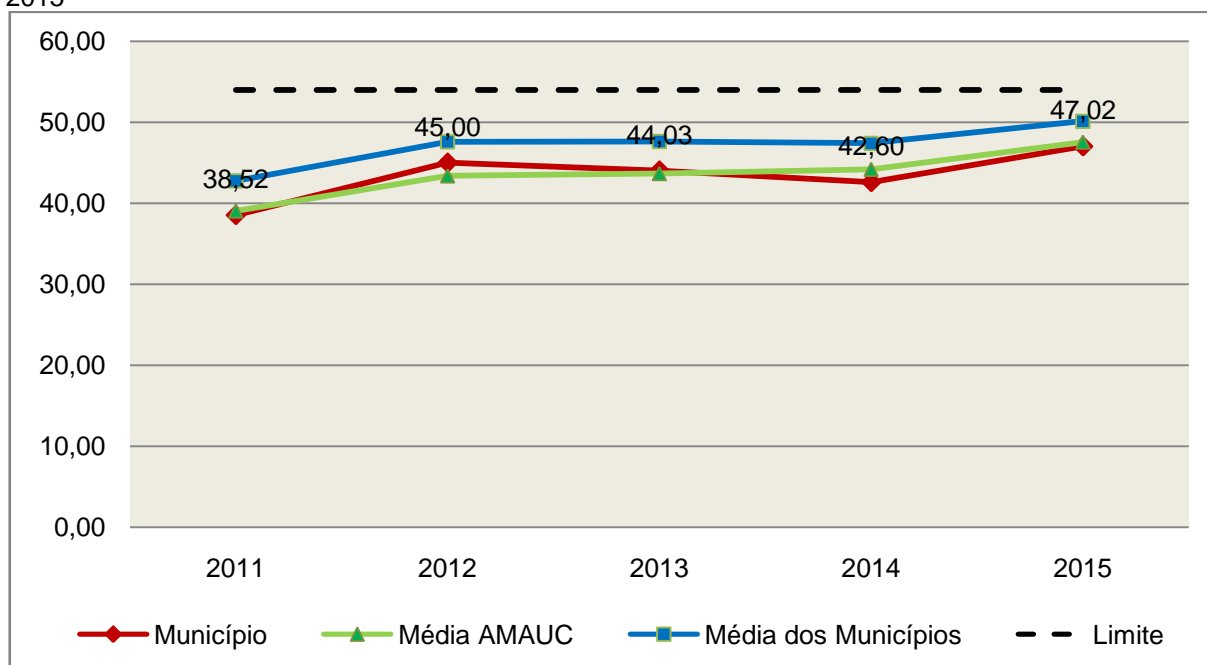
Fonte: * Sistema e-Sfinge/⁴Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

⁴ Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **47,02%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2015

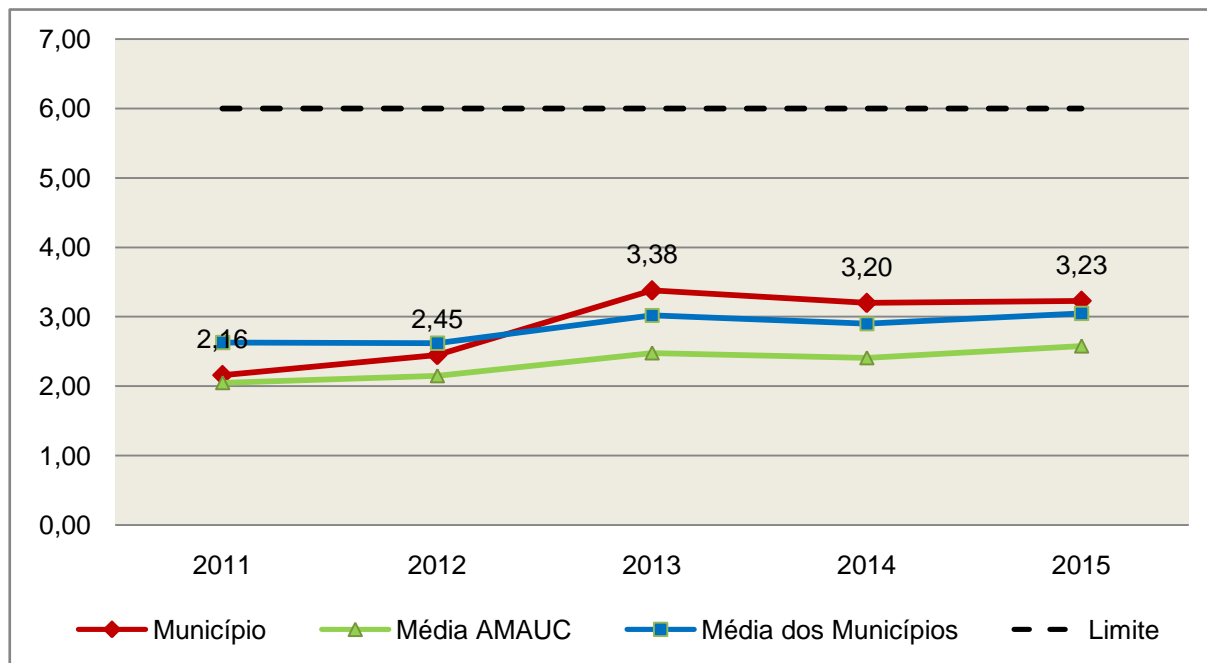
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.155.258,40	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	789.315,50	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	424.460,95	3,23
Pessoal e Encargos*	424.460,95	3,23
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	424.460,95	3,23
Valor Abaixo do Limite (6%)	364.854,55	2,77

Fonte: * Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,23%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2011 – 2015



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Alto Bela Vista**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁵.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

⁵ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Alto Bela Vista**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Saúde não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Alto Bela Vista**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Alto Bela Vista**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Alto Bela Vista**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Alto Bela Vista**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em

tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Alto Bela Vista**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
--	----------------

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 16/12/2016 (fl. 233).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

- 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL
- 8.1.1 Abertura de crédito adicional no primeiro trimestre de 2015, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior, e realização da despesa, no valor de **R\$ 3.141,10**, após o primeiro trimestre, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).
- 8.1.2 Despesas inscritas em Restos a Pagar e/ou despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB no exercício em análise, sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 20.742,14**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Apêndice, Planilha do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).
- 8.1.3 Divergência, no valor de **R\$ 11.425,63**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -1.176.335,95) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 1.201.912,32), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 37.002,00, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (item 3.1, Quadro 02 e item 4.2, Quadro 11).
- 8.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010) (Capítulo 7).

- 8.1.5 Despesas empenhadas e liquidadas com a Especificação da Fonte de Recursos do Fundeb (R\$ 765.647,29) em montante superior aos recursos auferidos no exercício (R\$ 720.022,12), na ordem de R\$ 45.625,17, em desacordo com os artigos 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c o artigo 50, I, do mesmo diploma legal (item 5.2.2, Quadro 15).

8.2 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

- 8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.2).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2015

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 1.201.912,32
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 411.013,07
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	20,26%
4.2) Ensino	25,00%	34,18%
4.3) FUNDEB	60,00%	100,00%
	95,00%	100,00%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	50,25%
b) Poder Executivo	54,00%	47,02%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,23%
4.5) L.C. Nº 131/2009 E DEC. Nº 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2015 do Município de Alto Bela Vista**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas nos itens **8.1** e **8.2**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 09/09/2016.

TERESINHA DE JESUS BASTO DA
SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 8

De Acordo

Em 09/09/2016.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	720.660,04
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	7.707,42
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde (10.301.0054 - Assistência à Saúde dos Servidores)	322.836,90
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	1.051.204,36

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	114.714,41
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	7.801,00
Outras despesas dedutíveis com Educação Infantil (despesas custeadas com recursos hídricos conforme relatado no Apêndice deste Relatório)	4.241,34
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	10,00
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	114.457,24
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	14.215,95
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental (despesas custeadas com recursos hídricos conforme relatado no Apêndice deste Relatório)	132.854,82
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	5.699,11
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Administração (12.122, 12.123 e 12.128)	75,00
Resultado Líquido das transferências do Fundeb	-1.174.773,38
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	3.031,29
Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do Fundeb (FR 18)	3.141,10
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	-774.532,12

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	716.990,83
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	3.031,29
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2015	0,00
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2015	720.022,12

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: O total de Restos a Pagar e DDO do FUNDEB apresentado no Sistema e-Sfinge é de, respectivamente, R\$ 1.969,23 e R\$ 18.772,91, contudo para apuração da aplicação financeira do FUNDEB no exercício foi considerado apenas R\$ 0,00 em razão da ausência de cobertura financeira.

Obs.: Constatou-se a existência de Restos a Pagar inscritos no exercício e/ou despesas registradas em DDO sem cobertura financeira com recursos do FUNDEB, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal.



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2015	301	4.190,23	4.190,23	4.190,23
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	128	16.666,30	16.666,30	16.666,30
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	301	644.531,53	644.481,53	641.129,59
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	304	5.195,98	5.195,98	5.195,98
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2015	305	12.076,00	12.076,00	12.076,00
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	2015	301	13.000,00	13.000,00	13.000,00
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2015	301	25.000,00	25.000,00	25.000,00
TOTAL			720.660,04	720.610,04	717.258,10

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	813	25/06/2015	LONGO E LONGO LTDA EPP	550,00	550,00	550,00	Aquisição de 01 placa inaugural em metal cobre - 30x40 cm, para unidade básica de saúde de araraquara.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1288	16/10/2015	CARLOS ROBERTO HORN - ME	1.152,00	1.152,00	1.152,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 55/2015 - Pregão Presencial nº 40/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1282	16/10/2015	CARLOS ROBERTO HORN - ME	256,00	256,00	256,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 55/2015 - Pregão Presencial nº 40/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1284	16/10/2015	CARLOS ROBERTO HORN - ME	896,00	896,00	896,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 55/2015 - Pregão Presencial nº 40/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1285	16/10/2015	CARLOS ROBERTO HORN - ME	768,00	768,00	768,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 55/2015 - Pregão Presencial nº 40/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1286	16/10/2015	CARLOS ROBERTO HORN - ME	128,00	128,00	128,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 55/2015 - Pregão Presencial nº 40/2015.
Fundo Municipal de	02 - Receitas de	304	1287	16/10/2015	CARLOS ROBERTO	128,00	128,00	128,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais,

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Saúde de Alto Bela vista	Impostos e Transf de impostos: Saúde				HORN - ME				conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 55/2015 - Pregão Presencial nº 40/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1557	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	590,00	590,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 63/2015 - Pregão Presencial nº 46/2015, Contrato 107/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1553	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	1.534,00	1.534,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 63/2015 - Pregão Presencial nº 46/2015, Contrato 107/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1556	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	354,00	354,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 63/2015 - Pregão Presencial nº 46/2015, Contrato 107/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1554	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	590,00	590,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 63/2015 - Pregão Presencial nº 46/2015, Contrato 107/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1555	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	236,00	236,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 63/2015 - Pregão Presencial nº 46/2015, Contrato 107/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1559	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	118,00	118,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 63/2015 - Pregão Presencial nº 46/2015, Contrato 107/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	304	1558	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	118,00	118,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015. Processo de Licitação nº 63/2015 - Pregão Presencial nº 46/2015, Contrato 107/2015.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1219	01/10/2015	DETRAN - DEPTO. ESTADUAL DE TRANSITO	68,10	68,10	68,10	Despesas referente a Multa de Infração de Transito do veículo placa MHC 6697.
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	79	28/01/2015	DETRAN - DEPTO. ESTADUAL DE TRANSITO	85,12	85,12	85,12	Despesas referente a Multa de Infração de Transito do veículo placa MJX 8228
Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela vista	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	905	20/07/2015	DETRAN - DEPTO. ESTADUAL DE TRANSITO	68,10	68,10	68,10	Despesas referente a Multa de Infração de Transito do veículo placa MKG 4270
Fundo Municipal de	02 - Receitas de	301	991	06/08/2015	DETRAN - DEPTO.	68,10	68,10	68,10	Despesas referente a Multa de Infração de Transito do veículo

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Saúde de Alto Bela vista	Impostos e Transf de impostos: Saúde				ESTADUAL DE TRANSITO				placa MKG 4270
TOTAL						7.707,42	7.707,42	4.167,42	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2015	365	110.738,33	45.502,43	45.502,43
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	365	3.976,08	3.976,08	3.976,08
TOTAIS			114.714,41	49.478,51	49.478,51

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4018	14/12/2015	ERNANI BERVIAN & CIA. LTDA. - ME	5.400,00	5.400,00	5.400,00	Aquisição de 216 un bolas de futebol para distribuição para crianças do setor de educação do município. (Compra Direta Nº 1038/2015)
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3918	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	472,00	472,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015.
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3920	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	1.534,00	1.534,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015.
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4003	11/12/2015	PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA. LTDA.	265,00	265,00	265,00	Aquisição de lanches para o JEPP que será realizado no dia 14/12/2014, no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 1035/2015)
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1998	26/06/2015	AMAUC-ASSOC.DOS MUNIC.DO ALTO URUG.CATAR	130,00	130,00	130,00	Rateio das despesas de realização da 2ª Conferencia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional, dia 23 de junho /2015, no município de Piratuba. (Compra Direta Nº 533/2015)
TOTAL						7.801,00	7.801,00	5.795,00	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2015	361	18.264,69	18.264,69	18.264,69
36 - Salário-Educação	2015	361	93.120,98	93.120,98	86.554,72
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2015	361	3.071,57	3.071,57	3.071,57
TOTAL			114.457,24	114.457,24	107.890,98

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2113	03/07/2015	EKIPAR LICIT INFORMÁTICA LTDA. - ME	1.386,00	1.386,00	1.386,00	Aquisição de 28 unidades de toner a serem utilizados pela assistência social.
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3256	16/10/2015	CARLOS ROBERTO HORN - ME	2.304,00	2.304,00	2.304,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015.
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3917	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	1.652,00	1.652,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015.
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3257	16/10/2015	CARLOS ROBERTO HORN - ME	3.072,00	3.072,00	3.072,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015.
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3919	09/12/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	2.478,00	2.478,00	0,00	Aquisição de Cestas de alimentos para servidores Municipais, conforme lei Municipal nº 665 de 06/04/2015.
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3184	07/10/2015	PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA. LTDA.	499,00	499,00	499,00	Aquisição de lanches para comemoração do dia da criança. (Compra Direta Nº 876/2015)
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3159	02/10/2015	FITFORMA IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA ME	1.249,95	1.249,95	1.249,95	Aquisição de uniformes e camisetas comemorativas, Gerência da Educação. (Licitação Nº : 34/2015-PR)

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2005	26/06/2015	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CO	1.500,00	1.500,00	1.500,00	Despesa com prestação de serviços para fins educacionais, visando o atendimento especializado para crianças em programas de estimulação psicomotora, hidroterapia, ecoterapia, terapia ocupacional acompanhados por fisioterapeuta, fonoaudiólogo e psicólogo.
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	128	1006	09/04/2015	FERNANDA SCHNEIDER KARTABIL	75,00	75,00	75,00	Despesas referente adiantamento para pagamento de despesas com hospedagem e alimentação para participar de curso de formação de educadores ambientais do CDA de Itá nos dias 10 e 11/04/2015.
TOTAL						14.215,95	14.215,95	10.085,95	

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - Administração (12.122, 12.123 e 12.128):

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	128	1006	09/04/2015	FERNANDA SCHNEIDER KARTABIL	75,00	75,00	75,00	Despesas referente adiantamento para pagamento de despesas com hospedagem e alimentação para participar de curso de formação de educadores ambientais do CDA de Itá nos dias 10 e 11/04/2015.
TOTAL						75,00	75,00	75,00	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	11.514,02	0,00	0,00	0,00		11.514,02	11.514,02		0,00	SUPERAVIT
01	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
02	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
03	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
06	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
07	4.090,71	0,00	0,00	0,00		4.090,71	0,00		4.090,71	SUPERAVIT
08	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
09	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
10	7.372,36	0,00	0,00	0,00		7.372,36	0,00		7.372,36	SUPERAVIT
11	6.468,07	0,00	0,00	1.857,00		4.611,07	0,00		4.611,07	SUPERAVIT
12	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
18	0,00	18.772,91	1.969,23	0,00		-20.742,14	0,00		-20.742,14	DÉFICIT
19	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
32	78.712,58	0,00	0,00	65.235,90		13.476,68	0,00		13.476,68	SUPERAVIT
33	13.710,63	0,00	0,00	0,00		13.710,63	0,00		13.710,63	SUPERAVIT
34	12.292,66	0,00	0,00	139.993,60		-127.700,94	0,00		-127.700,94	DÉFICIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

35	49.187,83	0,00	945,27	0,00		48.242,56	0,00		48.242,56	SUPERAVIT
36	6.571,08	0,00	6.566,26	0,00		4,82	0,00		4,82	SUPERAVIT
37	19,94	0,00	0,00	0,00		19,94	0,00		19,94	SUPERAVIT
38	352.891,92	232,63	3.351,94	50,00		349.257,35	0,00		349.257,35	SUPERAVIT
39	0,00	0,00	16.880,17	166.804,54		-183.684,71	0,00		-183.684,71	DÉFICIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
62	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
64	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
65	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
67	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
80	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
83	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
88	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT

89	27.900,00	0,00	0,00	0,00		27.900,00	0,00		27.900,00	SUPERAVIT
93	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	SUPERAVIT
T.	570.731,80	19.005,54	29.712,87	373.941,04	0,00	148.072,35	11.514,02	0,00	136.558,33	

B RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERÁVIT/DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
0	562.859,35	47.752,20	89.254,74	34.010,00		391.842,41	SUPERAVIT
1	0,00	3.390,34	40.794,49	5.980,00		-50.164,83	DÉFICIT
2	2.182,11	24.947,27	43.357,68	1.100,00		-67.222,84	DÉFICIT
T.	565.041,46	76.089,81	173.406,91	41.090,00	0,00	274.454,74	

Obs. As disponibilidades de caixa do Fundo de Assistência Médica ao Servidor foram consideradas como recursos vinculados.

Despesas com Ensino custeadas por recursos hídricos, conforme razão da conta específica (fls. 225 a 274):

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Competência: 01/2015 à 06/2015

Função: =12- Educação

Subfunção: =361- Ensino Fundamental

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	VI. Liquidado (R\$)	VI. Pago (R\$)	Histórico
1	<u>863</u>	25/03/2015	AGROCOMERCIAL B.S. LTDA - ME	272,20	272,20	272,20	Aquisição de material diverso para utilização no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 183/2015)
1	<u>893</u>	27/03/2015	AGROCOMERCIAL B.S. LTDA - ME	28,50	28,50	28,50	Registro de Preços para possível aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico. (Licitação Nº : 37/2014-PR)
1	<u>55</u>	05/01/2015	CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA	1.882,54	1.882,54	1.882,54	Despesas referente a locação de sistema de gestão escolar com licença de uso por prazo determinado de software para setor de educação na Ensino fundamental.
1	<u>3896</u>	08/12/2015	DE MARCO LTDA.	111.900,00	111.900,00	111.900,00	Aquisição de um veículo automotor novo, tipo minibus, destinado a Gerencia de Educação. (Licitação Nº : 42/2015-PR)
1	<u>1212</u>	24/04/2015	JULIANO AUTO CENTER LTDA. - ME	410,00	410,00	410,00	Serviços de conserto de parte elétrica em geral e instalação de lâmpadas em veículos do setor de educação do município. (Compra Direta Nº 296/2015)
1	<u>2040</u>	30/06/2015	JULIANO AUTO CENTER LTDA. -	164,50	164,50	164,50	Aquisição de peças

			ME				utilizadas no conserto e manutenção de veículos utilizados no setor de educação. (Compra Direta Nº 548/2015)
1	<u>2041</u>	30/06/2015	JULIANO AUTO CENTER LTDA. - ME	30,00	30,00	30,00	Serviços de conserto e manutenção de auto elétrica em veículos utilizados no setor de educação. (Compra Direta Nº 549/2015)
1	<u>424</u>	20/02/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	127,50	127,50	127,50	Aquisição de peças utilizadas no conserto do veículo utilizado no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 68/2015)
1	<u>57</u>	05/01/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	2.734,50	2.734,50	2.734,50	Aquisição de peças para consertar veículo placa ABY 0331, utilizado pela gerência de Educação. (Compra Direta Nº 1/2015)
1	<u>425</u>	20/02/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	188,00	188,00	188,00	Serviços de montagem de pneu e serviços de troca de junta coletoe escape, em veículo utilizado no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 69/2015)
1	<u>58</u>	05/01/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	1.750,00	1.750,00	1.750,00	Despesas referente serviços para consertos no veículo placa ABY 0331, utilizada pela gerência de Educação. (Compra Direta Nº 2/2015)
1	<u>619</u>	06/03/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	105,00	105,00	105,00	Aquisição de peças utilizadas no conserto de veículos utilizado no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 123/2015)
1	<u>1256</u>	29/04/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	125,00	125,00	125,00	Aquisição de peças utilizadas no conserto do veículo micro onibus utilizado no setor de

							educação do município. (Compra Direta Nº 325/2015)
1	<u>1254</u>	29/04/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	370,00	370,00	370,00	Aquisição de pastilha de freio e 01 pc maçaneta externa porta para veiculo master placa MEN 5546 utilizada no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 323/2015)
1	<u>1255</u>	29/04/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	90,00	90,00	90,00	Serviços de trocar maçata externa porta do veiculo master placa MEN 5546 utilizada no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 324/2015)
1	<u>1257</u>	29/04/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	500,00	500,00	500,00	Serviços de mao de obra utilizada no conserto do veiculo micro onibus utilizado no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 326/2015)
1	<u>620</u>	06/03/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	830,00	830,00	830,00	Serviços de mao de obra utilizada no conserto de veiculos utilizado no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 124/2015)
1	<u>1694</u>	08/06/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	606,00	606,00	606,00	Aquisição de peças utilizadas no conserto do veiculo gol placa MGF 1988 utilizado no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 443/2015)
1	<u>1320</u>	06/05/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	10,00	10,00	10,00	Aquisição de 01 un lampada 1034 12v 2 polos utilizado no veiculo placa QHE 4425 km/4606 do setor de educação do município. (Compra Direta Nº 346/2015)
1	<u>1813</u>	22/06/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	120,00	120,00	120,00	Aquisição de peças

							utilizadas no conserto do veículo utilizado no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 439/2015)
1	<u>1695</u>	08/06/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	280,00	280,00	280,00	Serviços de mão de obra mecânica utilizada no conserto do veículo gol placa MGF 1988 utilizado no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 444/2015)
1	<u>1321</u>	06/05/2015	MECANICA POTT LTDA. - ME	60,00	60,00	60,00	Serviços de mão de obra utilizada no conserto do veículo placa QHE 4606 do setor de educação do município. (Compra Direta Nº 347/2015)
1	<u>51</u>	05/01/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	30,00	30,00	30,00	Despesas referente a 01 Lavagem completa do veículo placa ABV 0331 nº 3000 com 102.539 Km, Utilizado pela gerência de Educação.
1	<u>105</u>	22/01/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	30,00	30,00	30,00	Despesas referente a 01 Lavagem completa do veículo placa MFG 1988 nº 2216 com 107.219 Km, Utilizado pela gerência de Educação.
1	<u>356</u>	09/02/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	35,00	35,00	35,00	Despesas referente a 01 Conserto de Pneu do veículo placa OHE 4425 com 670 Km, Utilizado pela gerência de Educação no transporte de escolares.
1	<u>106</u>	22/01/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	60,00	60,00	60,00	Despesas referente a 03 Montagens de Pneu do veículo placa MKW 5336 com 30.644 Km, Utilizado pela gerência de Educação no transporte de escolares.
1	<u>662</u>	11/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	150,00	150,00	150,00	Aquisição de 2 recarga de extintores de Pó Químico 4

								Kg , para extintores das Escola Municipais de Ensino fundamental.
1	<u>673</u>	12/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	30,00	30,00	30,00		Despesas referente a 01 Lavagem completa do veículo placa MFG 1988 nº 2216 com 109,929 Km, Utilizado pela gerência de Educação.
1	<u>886</u>	27/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	30,00	30,00	30,00		Despesas referente a 01 lavagem completa do veículo placa MFG 1988 com 110.580 Km, utilizado pela gerência de Educação.
1	<u>1201</u>	24/04/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	210,00	210,00	210,00		Despesas referente a 03 lavagem completas de veículos, utilizados pela gerência de Educação.
1	<u>704</u>	16/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	15,00	15,00	15,00		Despesas referente a 01 Montagem de Pneu do veículo placa MEN 5546 com 152.138 Km, Utilizado pela gerência de Educação, no transporte de escolares.
1	<u>738</u>	20/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	45,00	45,00	45,00		Despesas referente a 03 Montagens de Pneus do veículo placa MEN 5546 nº 2.206 com 152.238 Km, Utilizado pela gerência de Educação, no transporte de escolares.
1	<u>703</u>	16/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	50,00	50,00	50,00		Despesas referente a 01 Lavagem completa do veículo placa MEN 5546 com 152.138 Km, Utilizado pela gerência de Educação, no transporte de escolares.
1	<u>726</u>	17/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	50,00	50,00	50,00		Despesas referente a 01 Lavagem completa do veículo placa MEN 5546 com 152.238 Km, Utilizado pela gerência de Educação, no transporte

							de escolares.
1	<u>674</u>	12/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	80,00	80,00	80,00	Despesas referente a 01 Lavagem completa do veículo placa QHE 4785 com 3.193 Km, Utilizado pela gerência de Educação, no transporte de escolares.
1	<u>697</u>	13/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	80,00	80,00	80,00	Despesas referente a 01 Lavagem completa do veículo placa QHE 4425 com 2.202 Km, Utilizado pela gerência de Educação, no transporte de escolares.
1	<u>887</u>	27/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	80,00	80,00	80,00	Despesas referente a 01 lavagem completa do veículo placa QHE 4425 com 2.922 Km, utilizado pela gerência de Educação, no transporte de escolares.
1	<u>574</u>	02/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	110,00	110,00	110,00	Despesas referente a 02 lavagens completas veículos, Utilizadoa pela gerência de Educação no transporte de escolares.
1	<u>1489</u>	22/05/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	30,00	30,00	30,00	Despesas referente a 01 lavagem completa do veículo placa MFG 1988, utilizado pela gerência de Educação.
1	<u>1373</u>	08/05/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	160,00	160,00	160,00	Despesas referente a 02 lavagem completas de veículos, utilizados pela gerência de Educação.
1	<u>1400</u>	15/05/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	160,00	160,00	160,00	Despesas referente a 02 lavagem completas de veículos placas QHE 4425 com 5108 km e QHE 4785 com 7850 km, utilizados pela gerência de Educação.
1	<u>1482</u>	22/05/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	160,00	160,00	160,00	Despesas referente a 02 lavagens completas de veículos placas QHE 4785,

							QHE 4425, utilizados pela gerência de Educação.
1	<u>2260</u>	21/07/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	30,00	30,00	30,00	Despesas referente a 01 lavagem completa do veículo placa MFG 1988 com 114.983 km n° 2216, utilizado pela gerência de Educação.
1	<u>2250</u>	20/07/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	30,00	30,00	30,00	Despesas referente a 01 montagem de pneu veículo placa MEN 5546 com 160.040 km utilizados pela gerência de Educação, no transporte de Escolares.
1	<u>2249</u>	20/07/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	50,00	50,00	50,00	Despesas referente a 01 lavagem completa veículo placa MEN 5546 com 160.040 km utilizados pela gerência de Educação, no transporte de Escolares.
1	<u>115</u>	23/01/2015	PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA. LTDA.	50,00	50,00	50,00	Despesas referente a 01 Lavagem completa do veículo placa MEN 5546 n° 2206 com 149.365 Km, Utilizado pela gerência de Educação, no transporte de escolares.
1	<u>1687</u>	08/06/2015	PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA. LTDA.	30,00	30,00	30,00	Despesas referente a 01 lavagem completa veículo placa MGF 1988 n° 2216, Utilizado pela gerência da Educação.
1	<u>4002</u>	11/12/2015	PAULO JOSE GOSENHEIMER & CIA. LTDA.	115,00	115,00	115,00	Despesa com 01 lavagem completa veículo placa MEN 5546 com 170.585 km, e 01 lavagem completa veículo placa MKW 5336 com 42.846 km, Gerência da Educação.
1	<u>178</u>	28/01/2015	POSTO BELAVISTENSE LTDA.	5.722,34	5.722,34	5.722,34	Aquisição de Óleo Diesel Comum para veículos Utilizados pela Gerência de Educação - Transportes de Escolares.

1	<u>3996</u>	10/12/2015	POSTO BELAVISTENSE LTDA.	17,43	17,43	17,43	Aquisição de gasolina Comum para veículos Utilizados pela Gerência de Educação.
1	<u>4025</u>	15/12/2015	POSTO BELAVISTENSE LTDA.	133,85	133,85	133,85	Aquisição de gasolina Comum para veículos Utilizados pela Gerência de Educação.
1	<u>3584</u>	12/11/2015	POSTO BELAVISTENSE LTDA.	530,00	530,00	530,00	Aquisição de gasolina Comum para veículos Utilizados pela Gerência de Educação.
1	<u>3997</u>	11/12/2015	POSTO BELAVISTENSE LTDA.	126,67	126,67	126,67	Aquisição de Óleo Diesel S-10 para veículos Utilizados pela Gerência de Educação - Transportes de Escolares.
1	<u>4039</u>	16/12/2015	POSTO BELAVISTENSE LTDA.	195,79	195,79	195,79	Aquisição de Óleo Diesel S-10 para veículos Utilizados pela Gerência de Educação - Transportes de Escolares.
1	<u>3851</u>	01/12/2015	POSTO BELAVISTENSE LTDA.	1.515,00	1.515,00	1.515,00	Aquisição de Óleo Diesel S-10 para veículos Utilizados pela Gerência de Educação - Transportes de Escolares.
1	<u>3151</u>	01/10/2015	Salete Dal Piaz Farina - ME	50,00	50,00	50,00	Aquisição de uma boia utilizada no conserto de purificador de agua utilizado no setor de educação do municipio (Compra Direta Nº 868/2015)
1	<u>4010</u>	11/12/2015	VANDERLI ELEVINO PEREIRA DA SILVA 07990155982	80,00	80,00	80,00	Despesa com 01 lavagem completa veículo placa QHE 4785 com 23.550 km, Gerência da Educação.
Totais				132.854,82	132.854,82	132.854,82	



Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista
Competência: 01/2015 à 06/2015
Função: =12- Educação
Subfunção: =365- Educação Infantil

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Vi. Empenho (R\$)	Vi. Liquidado (R\$)	Vi. Pago (R\$)	Histórico
1	<u>3934</u>	10/12/2015	AGRICOBEL COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA	260,50	260,50	260,50	Aquisição de material diversos para manutenção no setor de educação do município. (Compra Direta nº 1033/2015)
1	<u>54</u>	05/01/2015	CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA	806,74	806,74	806,74	Despesas referente a locação de sistema de gestão escolar com licença de uso por prazo determinado de software para setor de educação na Educação infantil.
1	<u>1499</u>	26/05/2015	Inovação Materiais para Escrit e Infor Ltda. ME	120,00	120,00	120,00	Aquisição de 04 colas cascorez, utilizada Gerência da Educação.
1	<u>3608</u>	13/11/2015	Inovação Materiais para Escrit e Infor Ltda. ME	40,50	40,50	40,50	Aquisição de 03 un cola para artesanato para utilização no setor de educação no setor de educação do município. (Compra Direta Nº 986/2015)
1	<u>1494</u>	25/05/2015	L.L. GIOTTO COMERCIO DE SUCATA LTDA.-ME	315,00	315,00	315,00	Aquisição de 105 kg de sucata de ferro canos, para utilização na manutenção de escolas municipais. (Compra Direta Nº 402/2015)
1	<u>1980</u>	25/06/2015	MC ELETRONICA LTDA.	165,00	165,00	165,00	Serviços de conserto, revisão e troca de plugs de cabo para som utilizados em equipamentos do setor de educação do município (Compra Direta Nº 520/2015)
1	<u>1776</u>	17/06/2015	MERCADO VALIANE LTDA. - ME	2.308,60	2.308,60	2.308,60	Aquisição de material de expediente utilizado pelo



							setor da educação do município. (Licitação Nº : 16/2015-PR)
1	<u>661</u>	11/03/2015	MONALISA PATRICIA HUBNER	225,00	225,00	225,00	Aquisição de 3 recarga de extintores de Pó Químico 4 Kg , para extintores da Escola Municipal Senho Encantado e creche.
Totais				4.241,34	4.241,34	4.241,34	